

Contrato 145/2025

Processo nº 3050.01.0001054/2025-87

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS E A EMPRESA DITRASA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA PARA OS FINS QUE MENCIONA.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.138.140/0001-23, com sede na Av. José Cândido da Silveira, 1.647, Bairro União, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31170-495 neste ato, conforme Portaria EPAMIG nº 7803, representada por seu Diretor de Administração e Finanças, Leonardo Brumano Kalil, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.001.036.**, doravante designada **CONTRATANTE**, e a Empresa **DITRASA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA PARA OS FINS QUE MENCIONA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.460.972/0001-24, com sede na Av. Juscelino K. de Oliveira nº 1033 Bairro: Jardim dos Andrades, na cidade de Patos de Minas/MG, neste ato representada por Ivoney Augusto Casali, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.237.566-**, doravante designada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente contrato, originário do Pregão Eletrônico nº 1054/2025, Processo de Compras nº 3051002 000133/2025, Processo SEI nº 3050.01.0001054/2025-87 com base na Lei nº 13.303/2016 com suas alterações posteriores, aplicando-se, ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, sob as seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a *aquisição de implementos agrícolas para o Campo Experimental de Patos de Minas - CEST*, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. O Termo de Referência (SEI Nº 116462891) e a proposta da contratada (SEI Nº 122708932) integram este instrumento independente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1	Embolsadora de grãos, para bolsa de 9 pés, com esteira lateral, capacidade para alimentação de 250 t/hora na moega e 80 t/hora na esteira, freio a disco, altura e posição de rodas ajustáveis hidraulicamente, sistema de enchimento com fluxo contínuo, acionamento por trator de 75hp, pneus radiais aro 15", guincho elétrico para colocação do silo-bolsa, 4.900 mm de comprimento, 8.200 mm de largura e 3.700 mm de altura. (Compatível ou similar com o modelo Ingrain 150, Marcher Brasil).	Unid	1	106.034,48	106.034,48
2	Extratora de grãos, para bolsa de 9 pés, com tubo de descarga inteiro, capacidade de retirada de até 180 t/hora, para acionamento por trator de 75cv, 3 rodas, pneus radiais de 15", altura de descarga de 3.844 mm, 2.250 mm de comprimento, 5.200 mm de largura e 4.870 mm de altura. (Compatível ou similar com o modelo Outgrain 215, Marcher Brasil).	Unid	1	114.517,24	114.517,24
3	Silo-bolsa para Embolsadora de grãos, com tamanho de 9 pés, comprimento 60 metros, em polietileno, 100% virgem, com aditivação contra os raios UVA e UVB.	Unid	12	2.120,69	25.448,27
TOTAL					245.999,99

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Este contrato terá vigência por 3 (três) meses, iniciando-se a contagem na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O presente contrato terá o valor total global de **R\$245.999,99 (duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, conforme discriminado na Cláusula Primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, bem como diferencial de alíquota, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Na ocorrência de modificação na legislação pertinente a quaisquer dos tributos incidentes, inclusive que determine a criação ou a extinção, ou mesmo o aumento ou diminuição das alíquotas e bases de cálculo vigentes, posteriormente à data de assinatura deste Contrato, os preços previstos nos itens contratados sofrerão exclusivamente as alterações correspondentes às respectivas incidências, na exata proporção em que tais modificações possam aumentar ou diminuir os preços inicialmente estabelecidos.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s), e daquelas que vierem a substituí-las:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DO RECURSO
3051 19 571 016 4018 0001 339030 0 60 1	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS
3051 19 571 016 4018 0001 449052 0 47 1	ALIENAÇÃO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento pela execução do objeto deste Contrato será efetuado **no prazo de 15 (quinze) dias**, contado a partir da apresentação da nota fiscal e/ou fatura, com carimbo de veracidade do solicitante, para crédito do beneficiário em Banco e conta indicados pelo fornecedor após a entrega do objeto.

5.2. A CONTRATADA deverá enviar para CONTRATANTE, sob os cuidados do Fiscal do contrato, o documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), com no mínimo **05 (cinco)** dias úteis de antecedência ao vencimento.

5.3. Não sendo observado o prazo previsto no parágrafo anterior e demais condições previstas nesta cláusula, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Os pagamentos serão efetuados em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.

5.5. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, o mesmo será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no caput reiniciará a partir da data da apresentação do documento corrigido e certificado pelo Fiscal do contrato.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados não poderão ser reajustados monetariamente.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

7.2 O objeto não será recebido se executado em desacordo com a contratação, sujeitando-a, neste caso, às penalidades previstas neste contrato, no Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da EPAMIG e na legislação vigente.

7.3. Local de entrega e dados para faturamento

NOME FANTASIA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	CEP

EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG	17.138.140/0003- 95	062150146.16-04	Rodovia Patos/Presidente Olegário, km 18, Distrito de Sertãozinho	Patos de Minas/MG	38700- 000
---	------------------------	-----------------	---	----------------------	---------------

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão e fiscalização da execução do objeto será efetuado por representantes designados pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, sendo:

- Gestor de Contrato: Clenderson Corradi de Mattos Gonçalves
- Fiscal de Contrato: Fernando Jorge Miziara Oliveira

8.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do serviço, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

8.4. A CONTRATANTE reserva-se no direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

9.1. A abstenção, pela EPAMIG, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a tolerância no cumprimento de qualquer obrigação contratada, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo, caracterizando-se como mera liberalidade da parte, para a situação específica.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. Além das demais obrigações constantes no Termo de Referência e na legislação vigente, compete à CONTRATADA:

- 10.1.1. entregar o(s) produto(s) no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos na proposta;
- 10.1.2. dar garantia ao(s) produto(s);
- 10.1.3. não transferir ou ceder, total ou parcialmente, o fornecimento ora contratado;
- 10.1.4. responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do(s) produto(s), inclusive seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 10.1.5. atender a todas as obrigações contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG naquilo que couber;
- 10.1.6. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela EPAMIG.
- 10.1.7. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EPAMIG. bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação, nos termos da Lei 13.303/2016.
- 10.1.8. cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

10.1.9. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

10.1.10. responder pela correção e qualidade dos bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

10.1.11. reparar todos os danos e prejuízos causados à EPAMIG ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal.

10.1.12. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo a EPAMIG, a qualquer momento, exigir do Contratado a comprovação de sua regularidade.

10.1.14. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pelo fiscal.

10.1.15. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EPAMIG para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

10.1.16. promover a substituição, sempre que solicitado justificadamente pela EPAMIG, de qualquer empregado e/ou subcontratado e/ou mandatário que venha a apresentar dentro das dependências da EPAMIG, comportamento em desacordo com a legislação, normas ou o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPAMIG

10.1.17. não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da EPAMIG, por acusação da espécie.

10.1.18. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

10.1.19. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EPAMIG a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.1.20. A contratada se obriga a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis, referente ao objeto contratado, para servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo, em atendimento ao Art. 43 da Portaria Interministerial 424, de 30/12/2016 e suas respectivas alterações quando as contratações se fizeram por meio de CONVÊNIOS e CONTRATOS DE REPASSE firmados com RECURSOS FEDERAIS.

10.2. Além das demais obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência anexo e na legislação vigente, compete à EPAMIG:

10.2.1. Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através do gestor e fiscal designado.

10.2.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver conforme.

10.2.3. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato.

10.2.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito:

10.2.4.1. Quaisquer instruções, procedimentos, irregularidades, imprecisões ou desconformidades sobre assuntos relacionados ao Contrato;

10.2.4.2. A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para o exercício do contraditório e ampla defesa;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A recusa total ou parcial na execução do contrato, bem como o atraso em desconformidade com o termo de referência caracterizam descumprimento das obrigações assumidas, e permitem a aplicação das sanções prevista na Lei Nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG.

11.2. O licitante cuja conduta esteja prevista em um dos incisos dos Artigos 82 a 84 da Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG, ficará sujeito às sanções, incluindo a de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPAMIG, pelo prazo de até 2 (anos) anos.

11.3. Conforme dispõe o art. 41, da Lei nº 13.303/16, aplicam-se a este contrato, as normas de direito penal contidas no art. 178 da Lei 14.133/2021.

11.4 O procedimento para a aplicação de sanções é aquele previsto no Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG, o qual observa o devido processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

11.5 - As sanções previstas em Lei, serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP) e no cadastro de empresas inidôneas de que trata o [art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.6. São situações ensejadoras da aplicação de sanção à contratada, o atraso injustificado na execução do contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

11.6.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeita a contratada à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 13.303/16, limitada a 0,3% por dia, até o trigésimo dia de atraso.

11.6.2. A inexecução total ou parcial do contrato, sujeita a contratada às seguintes sanções, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 13.303/16:

I. advertência;

II. multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato para o caso de inexecução parcial;

III. multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato para o caso de inexecução total;

IV. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPAMIG, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por acordo entre as PARTES;

12.1.2. Unilateralmente;

12.1.3. Por via judicial.

12.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado, ainda:

12.2.1. Na hipótese de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATANTE, por culpa da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo do pagamento de outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar à CONTRATANTE.

12.2.2. Em caso de rescisão unilateral por iniciativa da CONTRATANTE, sem culpa da CONTRATADA, este terá direito a devolução de garantia, se houver; pagamentos devidos pela

execução do contrato até a data da rescisão; pagamento dos custos de desmobilização incorridos, desde que devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE.

12.2.3. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos casos em que a CONTRATADA:

12.2.3.1. descumprir com as cláusulas contratuais;

12.2.3.2. praticar ato lesivo à administração pública previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.3.3 enquadrar-se nas demais hipóteses previstas no artigo 240 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – Deliberação EPAMIG nº 781.

12.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar, o presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos termos e limites da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitação, Contratos e Convênios da EPAMIG - Deliberação EPAMIG nº 781;

13.2. As alterações mencionadas no item 13.1 serão formalizados mediante a celebração de termo aditivo, salvo as hipóteses do artigo 81, §7 da Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre termo de apostila.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303 de 2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EPAMIG e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DA GARANTIA DO PRODUTO

15.1. As Garantias do produto são aquelas previstas no Termo de Referência, bem como a estabelecida pela Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor – CDC, a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

15.2. As garantias do contrato serão conforme o termo de referência, observadas as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da EPAMIG – Deliberação nº 781 e em consonância com as normas aplicáveis à espécie.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, conforme previsto no Termo de Referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CESSÃO DO CONTRATO

17.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a EPAMIG por terceiros.

17.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações

assumidos nesse contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCO

18.1 A EPAMIG e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes do presente contrato e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, os alocam à parte com maior capacidade para geri-los na Matriz de Riscos anexa.

18.2 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

19. CLAÚSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela EPAMIG serão observadas as determinações que se seguem.

19.2. A EPAMIG exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

19.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

19.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;

19.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

19.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

19.2.5. “prática obstrutiva” significa:

19.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

19.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro órgão de Controle de investigar e auditar.

19.3. EPAMIG rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

19.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

20.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

20.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

20.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

20.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

20.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

20.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

20.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ANTINEPOTISMO

21.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na entidade CONTRATANTE, salvo se investidos por concurso público.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. A CONTRATANTE publicará o extrato deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais (DOMG-e) e no site da EPAMIG.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. É competente o foro de Belo Horizonte/MG para a solução de eventuais litígios decorrentes deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, o qual é assinado eletronicamente via Sistema Eletrônico de Informação (SEI!MG).

Belo Horizonte/MG/2025.

Leonardo Brumano Kalil

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG

Ivoney Augusto Casali

DITRASA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA



Documento assinado eletronicamente por **DITRASA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA** registrado(a) civilmente como **IVONEY AUGUSTO CASALI**, Usuário Externo, em 22/09/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brumano Kalil**, Diretor (a), em 23/09/2025, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123397251** e o código CRC **D5A8F37A**.

EDITAL DE VISTA

O Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao art. 29, § 2º, do Decreto 48.883/2024, observadas as demais exigências legais, faz publicar o presente EDITAL DE VISTA informando que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica que ocorreram as medições dos terrenos devolutos abaixo relacionado no município de OURO VERDE DE MINAS

REQUERENTE	CPF	IMÓVEL	ÁREA (HA)	CONFINANTES
PAULO ALVES FERREIRA	***.720.216-**	SÍTIO VISTA ALEGRA	20,0111	MARCOS PEREIRA DOS SANTOS, SÍTIO VISTA ALEGRE

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, nesta Secretaria, no endereço Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-901, 10º andar, edifício Gerais, na Subsecretaria de Assuntos Fundiários ou por meio de requerimento formal constante no formulário disponível no site da agricultura.mg.gov.br (link <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/requerimentos>) que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da disponibilização do processo, para se manifestarem a respeito.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025
Thales Almeida Pereira Fernandes
Secretário de Estado Agricultura, Pecuária e Abastecimento

12 cm -23 2128097 - 1

EDITAL DE MEDIÇÃO/VISTA COM CONFINANTES

O Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao em cumprimento ao art. 29, § 2º, do Decreto 48.883/2024, observadas as demais exigências legais, torna público que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica a medição do imóvel dos terrenos devolutos abaixo relacionados. Os confinantes listados são convidados a exibir provas de seu domínio ou posse e a oferecer embargo no município RIO PARDO DE MINAS:

REQUERENTE	CPF/CNPJ	IMÓVEL	ÁREA(HA)	CONFINANTES
JOSÉ ALÍPIO CARVALHO	***.731.906-**	FAZENDA CURRALINHO	29,9403	JOSE ALÍPIO CARVALHO/FAZENDA CURRALINHO, ADÃO ALÍPIO CARVALHO/FAZENDA CURRALINHO.

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, nesta Secretaria, no endereço Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-901, 10º andar, edifício Gerais, na Subsecretaria de Assuntos Fundiários ou por meio de requerimento formal constante no formulário disponível no site da agricultura.mg.gov.br (link <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/requerimentos>) que terão o prazo de 15 DIAS, contados da disponibilização do processo, para se manifestarem a respeito.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025
Thales Almeida Pereira Fernandes
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

12 cm -23 2128018 - 1

EDITAL DE VISTA

O Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao art. 29, § 2º, do Decreto 48.883/2024, observadas as demais exigências legais, faz publicar o presente EDITAL DE VISTA informando que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica que ocorreram as medições dos terrenos devolutos abaixo relacionado no município de JAPONVAR

REQUERENTE	CPF	IMOVEL	AREA (HA)	CONFINANTES
FRANCISCO DE SALES FERREIRA	***.553.826-**	FAZENDA PORTEIRAS DENOMINADA NOVA MINDA	1,3027	CONFRONTANTE NAO IDENTIFICADO, FAZENDA PORTEIRAS
GERACINO MENDES SOARES	***.310.006-**	FAZENDA MANGAI PAU PRETO GLEBAS A E B	18,9030	VALDOMIRA MENDES SOARES, SÍTIO OLIVEIRA; VENERINDA BARBOSA DA SILVA, SÍTIO SILVA
GERALDINO JUSTINIANO DE AQUINO	***.320.606-**	FAZENDA MANGAI PAU PRETO	21,8745	ESPOLIO MANOEL SOARES DE SALS, FAZENDA RODRIGUES
GILDASIO ALVES FERREIRA	***.345.106-**	FAZENDA PORTEIRAS DENOMINADO DOIS BARREIRO	1,0220	OSVALDO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR, SÍTIO SOUZA
IARA FIUZA DE SOUZA	***.413.876-**	FAZENDA PORTEIRAS	21,2854	EDINALDO DE SOUZA CORDEIRO, FAZENDA PORTEIRAS; AVG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, FAZENDA PORTEIRAS
JOÃO BATISTA SIMÕES OLIVEIRA	***.813.596-**	FAZENDA MANGAI	4,8428	DAVID ALVES DE OLIVEIRA, FAZENDA MANGAI; CONFRONTANTE NAO IDENTIFICADO, FAZENDA MANGAI
JOAQUIM DE JESUS CARVALHO	***.973.466-**	FAZENDA MANGAI	2,2161	CONFRONTANTE NAO IDENTIFICADO, FAZENDA MANGAI
JOSE ANTONIO PEREIRA	***.847.076-**	FAZENDA PORTEIRAS	10,6441	ESPOLIO MATEUS PEREIRA LIMA, SÍTIO LIMA
NARCISIO JUSTINIANO DE AQUINO	***.897.436-**	FAZENDA MANGAI	3,7117	EDEMAR SIMOES DE OLIVEIRA, FAZENDA MANGAI; MAURO AQUINO BARBOSA, FAZENDA MANGAI

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, nesta Secretaria, no endereço Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, CEP 31630-901, 10º andar, edifício Gerais, na Subsecretaria de Assuntos Fundiários ou por meio de requerimento formal constante no formulário disponível no site da agricultura.mg.gov.br (link <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/cidadao/2019-12-20-14-47-27/requerimentos>) que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados da disponibilização do processo, para se manifestarem a respeito.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025
Thales Almeida Pereira Fernandes
Secretário de Estado Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20 cm -23 2128096 - 1

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento nº 1231001189/2025. Participes: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa e Associação Comunitária de Desenvolvimento Social do Vale do São Francisco - acdsvsf. Objeto: Mútua cooperação para fomento ao desenvolvimento agropecuário da OSC, por meio da execução das ações previstas no Plano de Trabalho, especialmente a aquisição dos bens previstos no plano de trabalho. Valor do Repasse: R\$ 100.000,00. Valor da Contrapartida: R\$ 0,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1231 20 608 111 4420 0001 4450 41 01 0 10 8. Assinatura: 22/09/2025. Vigência: 365 dias. Gestor: Rosimeire Queiroz Lisboa dos Santos - Matrícula: M1165153-6

3 cm -23 2128029 - 1

TERMO DE CONFISSÃO E DE PARCELAMENTO DE DÉBITO Nº 005/2025

PROCESSO SEI! Nº 1230.01.0008007/2024-86

Termo de confissão e de parcelamento de débito oriundo de danos ao erário apurado em prestação de contas de transferências de recursos financeiros mediante parcerias, que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária E Abastecimento – SEAPA e o município de Alto Rio Doce, na forma abaixo:

O Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária E Abastecimento – SEAPA, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Prédio Gerais, 10º Andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.573/0001-67, neste ato representada por seu ordenador de despesas, THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES, brasileiro, casado, Secretário de Estado, doravante denominada Administração Pública Celebrante, e o Município de Alto Rio Doce, sediado na Praça Doutor Miguel Batista Vieira, 121 – Centro/Alto Rio Doce – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.094.748/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Victor de Paiva Lopes, adiante denominado apenas INTERESSADO, resolvem celebrar o presente termo de confissão e de parcelamento de débito, regido pelo Decreto Estadual nº 46.830, de 14/09/2015, e pelas cláusulas que se seguem:

Cláusula primeira – do valor

O valor do débito apurado, atualizado e corrigido até o mês de agosto de 2025, não incluídos custas e honorários, conforme memória de cálculo anexa, é de R\$ 65.109,09 (sessenta e cinco mil cento e nove reais e nove centavos).

Cláusula segunda – da confissão

O INTERESSADO confessa ser devedor, em favor da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, da quantia acima exposta, referente a crédito estadual de natureza não tributária, consubstanciado no Auto de Apuração de danos ao Erário – AADE – nº 115085431/2025, devido às irregularidades na execução do Convênio de Saída nº 1231001172/2022, celebrado entre o Município de Alto Rio Doce, do qual é Prefeito, e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/MG.

§ 1º A presente confissão de débito, efetuada nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, é irrevogável e irretratável e importa no reconhecimento do débito respectivo, na desistência de impugnações, defesas e recursos interpostos na esfera administrativa e na desistência de eventuais embargos à execução ou quaisquer outras medidas judiciais, o que deverá ser providenciado pelo INTERESSADO.

§ 2º Quaisquer emolumentos cartorários extrajudiciais, em razão de anterior encaminhamento da certidão de dívida ativa para protesto, não estão abarcados no parcelamento, devendo ser quitados diretamente pelo INTERESSADO no cartório competente.

§ 3º Até a sua consolidação, a dívida ora confessada estará sujeita a atualização e a incidência de juros de mora, ambos calculados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

§ 4º Em caso de o INTERESSADO incorrer em novo inadimplemento, o presente termo de confissão e de parcelamento de débito poderá ser apontado a protesto.

Cláusula terceira – da entrada prévia

Nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº 46.830, de 2015, o INTERESSADO se compromete a pagar o valor do débito apurado, deduzida a entrada prévia, nos termos do art. 24 do Decreto Estadual nº 46.830, de 2015, em 60 (sessenta) parcelas, mensais e consecutivas a serem quitadas até o último dia útil dos meses subsequentes ao do vencimento da entrada prévia.

Cláusula quarta – do parcelamento e do pagamento

O INTERESSADO se compromete a pagar o valor do débito apurado, deduzida a entrada prévia, nos termos do art. 24 do Decreto Estadual nº 46.830, de 2015, em 60 (sessenta) parcelas, mensais e consecutivas a serem quitadas até o último dia útil dos meses subsequentes ao do vencimento da entrada prévia.

§ 1º O valor correspondente a cada parcela será de R\$ 1.030,89 (um mil e trinta reais e oitenta e nove centavos).

§ 2º O valor de cada parcela vincenda será atualizado pela SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recolhimento da entrada prévia, e calculado a cada dez parcelas pagas, caso o parcelamento tenha sido efetuado em mais de dez meses, e na data de pagamento da última parcela.

§ 3º Todas as parcelas deverão ser recolhidas por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, emitido em favor da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, e o comprovante, na via original, contendo a autenticação bancária, enviado à Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, para controle dos pagamentos.

Cláusula quinta – da liquidação antecipada

O INTERESSADO poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial do valor do parcelamento.

Parágrafo único. Para efeito do cálculo do valor a pagar, não haverá a incidência de juros de mora de que trata o § 2º da CLAUSULA QUARTA sobre o saldo devedor dos juros parcelados, relativamente às parcelas objeto da liquidação antecipada, observado o disposto no § 3º daquela cláusula.

Cláusula sexta – da desistência e da revogação

Em caso de desistência do parcelamento, por parte do INTERESSADO, ou revogação de ofício, por parte da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, será promovida a apuração do saldo devedor remanescente com todos os ônus legais, devendo a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE adotar as providências de que trata o art. 14 do Decreto Estadual nº 46.830, de 2015.

§ 1º Considera-se desistente do parcelamento o INTERESSADO que não efetuar o pagamento de qualquer parcela até o último dia do segundo mês subsequente ao de seu vencimento, ou seja, que se tornar inadimplente de três parcelas.

§ 2º A concessão do parcelamento não gera direito adquirido, podendo ser revogado de ofício, mediante despacho fundamentado do ordenador de despesas da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, nas seguintes hipóteses, ainda que não cumulativamente:

I – o parcelamento deixar de atender ao interesse e à conveniência da administração pública;

II – o beneficiário deixar de pagar as parcelas nos respectivos vencimentos.

Cláusula sétima – da publicação

O presente Termo somente produzirá efeitos, legais e jurídicos, após publicação do respectivo resumo, pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, no Diário Oficial do Estado, “Minas Gerais”.

Cláusula oitava – do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir qualquer questão decorrente do presente TERMO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim acordes, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas, que taberão o subscreverem. Assinam em 15 de setembro de 2025 o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes e o prefeito do município de Alto Rio Doce, Sr. Victor Miguel Batista Vieira. Assinam também as testemunhas: Gustavo de Lima Tavares Coimbra E Grazielle Eunice Ferreira dos Santos

26 cm -23 2128090 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

NOTIFICAÇÃO Nº 1469/2025

O Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, por ato da sua Diretora-Geral Luiza Moreira Arantes de Castro , na forma do Art.40, §2º, Inciso II, do Decreto nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, diante da impossibilidade de localização do autuado, faz publicar a notificação do JULGAMENTO PROCEDENTE do auto de infração dos autuados a seguir relacionados, cabendo recurso a ser apresentado em uma das unidades de fiscalização do IMA, no prazo da lei. A não apresentação de recurso à penalidade imposta no prazo de até 20 (vinte) dias a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, exaure a instância administrativa. Notificados:

Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
Dinaldo Garcia	***.211.756-**	3104072022085942	Lei 10.021/89 Art. 5º Inciso V, Decreto 30.879/90 Art. 7º Inciso V.

4 cm -23 2127768 - 1

NOTIFICAÇÃO Nº 1468/2025

O Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, por ato da sua Diretora-Geral Luiza Moreira Arantes de Castro, na forma do Art.40, §2º, Inciso II, do Decreto nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, diante da impossibilidade de localização do autuado, faz publicar a notificação do JULGAMENTO PROCEDENTE do auto de infração dos autuados a seguir relacionados, cabendo recurso a ser apresentado em uma das unidades de fiscalização do IMA, no prazo da lei. A não apresentação de recurso à penalidade imposta no prazo de até 20 (vinte) dias a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, exaure a instância administrativa. Notificados:

Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
Almeida e Silva Transportes e Serviços Ltda	***.914.474-**	072246 Série C	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso V.
Araci Maria dos Santos Moreira e Outra	***.140.716-**	016171 Série D	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso II. Lei 11.029/93, art. 7º, inciso II.
Belchior Alves Moreira	***.587.336-**	3122052020154337	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso II.
Rafael Silva Oliveira	***.236.076-**	3125052020090808	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso II.
Simião José de Figueiredo	***.618.666-**	033916 Série C	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Antônio Cândido da Silva	***.312.646-**	3130082021085739	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Marcela Vaz e Couto	***.465.636-**	3130082021093849	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Marcelo José de Souza	***.271.116-**	015634 Série C	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Iraci Xavier de Lima	***.185.796-**	3105042023082458	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso V.
Francisco de Assis Rocha	***.972.276-**	3107022022111810	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso VIII.
Espólio de José Antônio de Mendonça	***.789.426-**	3123022022090721	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Carla Patricia de Oliveira	***.570.216-**	3107022022145814	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso VIII.
Sebastião Junior Ferreira da Costa	***.668.846-**	3108022022070735	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Pedro Adriano de Sousa	***.789.936-**	3108032022142947	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Orlando José Francisco da Silva	***.31.036-**	026509 Série C	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso I.
Adelmo Ferreira de Sousa	***.166.316-**	3104012019151754	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso IV e V. Lei 13.451/00, art. 6º, inciso VI. Lei 16.938/07, art. 4º.
Roberto Hordones Sabino	***.700.046-**	3120052020163133	Lei 10.021/89, art. 5º, inciso II.

14 cm -23 2127696 - 1

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater

A Emater-MG torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 20/2025 - Processo SEI nº 3040.01.0006499/2024-92 - Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Revisão Ortográfica e Gramatical. Empresa vencedora: LCR Serviços Cinematograficos Ltda - CNPJ 47.272.347/0002-38, no valor de R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil, quinhentos reais). Comissão Permanente de Licitação. Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025.

2 cm -23 2128025 - 1

ATA REGISTRO PREÇO 216/2025

Planejamento SIRP nº 169/2025 - Pregão eletrônico para registro de preço nº 169/2025, Processo EMATER-MG/SEI n.º 3040.01.0003776/2025-84. Objeto: aquisição de sementes de hortaliças, tendo como licitante vencedor dos lotes 1 a 7, 9 e 10 a empresa KM JUNIOR LTDA, CNPJ nº 13.225.851/0001-84, no valor total de R\$ 2.307.500,00 (dois milhões, trezentos e sete mil e quinhentos reais) e tendo como licitante vencedor do lote 8 a empresa GEB - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, CNPJ nº 07.097.898/0001-07, no valor total de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais). Comissão Permanente de Licitação. Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025.

3 cm -23 2127755 - 1

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig

EXTRATO DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

Nº. 128/2025 - Contrato - Partes: EPAMIG e TRANSFACIL. Objeto: Fornecimento de Vales-Transportes Eletrônicos. Assinatura: 23/09/2025. Vigência: 29/10/2025 a 29/10/2026. Valor: R\$212.421,00. Proc.nº: 3051002 000120/2025. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG (b) Ralisom Guimarães de Andrade; Ana Flávia Camilo da Silva - TRANSFACIL.

Nº. 145/2025 - Contrato - Partes: EPAMIG e Ditrasa Máquinas E Implementos Agrícolas Ltda. Objeto: Aquisição de implementos agrícolas. Assinatura: 23/09/2025. Vigência: 23/09/2025 a 23/12/2025. Valor: R\$245.999,99. Proc.nº: 3051002 000133/2025. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG (b) Ivoney Augusto Casali - DITRASA.

Nº. 147/2025 - Contrato - Partes: EPAMIG e Triama Norte Tratores, Implementos Agrícolas e Máquinas Ltda. Objeto: Aquisição de trator. Assinatura: 23/09/2025. Vigência: 23/09/2025 a 23/01/2026. Valor: R\$285.000,00. Proc.nº: 3051002000126/2025. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG (b) Gilberto Gualter dos Santos - TRIAMA. Nº. 148/2025 - Contrato - Partes: EPAMIG e M&A Licitações Ltda. Objeto: Aquisição de carreta agrícola forrageira basculante. Assinatura: 23/09/2025. Vigência: 23/09/2025 a 23/01/2026. Valor: R\$40.150,00. Proc.nº: 051002000126/2025. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG (b) Marcos Vinícius de Abreu - M&A.

TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO JURÍDICO

Nº. 329/2023 – 2ª TA - Contrato - Partes: EPAMIG e Ideal Locações Ltda - Me. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por 12 meses. Assinatura: 23/09/2025. Vigência: 25/09/2025 a 25/09/2026. Assinam: (a) Leonardo Brumano Kalil - EPAMIG; (b) Eduardo Veloso - IDEAL.

6 cm -23 2128110 - 1

Empresa Mineira de Comunicação - EMC

PUBLICAÇÃO DE ATO DA COMISSÃO ESTADUAL DE FOMENTO E INCENTIVO A CULTURA FUNDO ESTADUAL DE CULTURA RESULTADO PRELIMINAR EDITAL FEC 11/2025 – CIRCULA MINAS AUDIOVISUAL – FOMENTO INDIVIDUAL - PESSOA FISICA

EXTRATO ATO CEFIC 033/2025

O Presidente da Empresa Mineira de Comunicação e a Secretária de Estado de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tornam público o resultado preliminar do EDITAL FEC 11/2025 – CIRCULA MINAS AUDIOVISUAL – FOMENTO INDIVIDUAL - PESSOA FISICA, com divulgação no site da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (<https://www.secult.mg.gov.br/>), nas condições estabelecidas neste Edital.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2025
Gustavo Mendicino de Oliveira
Presidente Empresa Mineira de Comunicação

Bárbara Barros Botega
Secretária de Estado de Cultura e Turismo

4 cm -23 2128138 - 1

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2023

Entre Empresa Mineira de Comunicação Ltda e Agência De Integração Empresa Escola Ltda. Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a partir de 06/10/2025, findando em 05/10/2026; Reajustar o valor contratual de acordo com o IPCA de Julho/25 (5,23%); e Alterar a redação da Cláusula Primeira e Cláusula Quarta, ambas do contrato original, tendo em vista a alteração de valor. Valor



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202509244936802634.